



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008569-02.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Gabriel Rodrigues da Silva**
 Impetrado: **Diretora da Ciretran de São Carlos/sp e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela **Diretora da 26ª CIRETRAN**, que lhe teria negado a renovação da habilitação, sem que tivesse sido instaurado o competente processo administrativo punitivo e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi indeferida (fls. 53/54). Desta decisão o impetrante interpôs Agravo de Instrumento (fls. 60), ao qual foi negado provimento, conforme consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo¹.

A autoridade apontada coatora prestou informações (fls. 83/86), alegando, em síntese, que o impetrante cometeu infração grave no período de validade da Permissão para dirigir, não atendendo à condição prevista no artigo 148, § 3º, do CTB e, sendo assim, o próprio sistema PRODESP providencia o bloqueio no prontuário do condutor, impedindo-o de obter a Carteira de Habilitação definitiva.

O Ministério Público declinou de funcionar no feito (fls. 90).

O Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN requereu sua admissão na lide como assistente litisconsorcial (fls. 93).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Em primeiro lugar, admito o Departamento Estadual de Trânsito como assistente litisconsorcial, conforme requerido às fls.93.

O pedido, em que pesem os argumentos trazidos pelo impetrante, não pode

¹ <http://esaj.tjsp.jus.br/cpo/sg/show.do?localPesquisa.cdLocal=5&processo.codigo=RI002XPGN0000>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ser acolhido.

A hipótese dos autos não é de renovação da CNH, porquanto o impetrante nem mesmo é portador da carteira de habilitação, sendo-lhe concedida exclusivamente a permissão para dirigir.

Não se pode olvidar que no caso não se aplica a mesma regra que a aplicada para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

A demanda em análise é distinta daquelas em que a autoridade pública impede a renovação da carteira de habilitação mesmo ciente da existência de procedimento administrativo questionando a validade e legalidade da infração de trânsito, o que entende a jurisprudência, caracteriza violação do princípio constitucional da ampla defesa e antecipação da punição ao condutor.

Assim, para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**